

A CAMINHO DA CÚPULA DE
SANTIAGO DE CHILE

COESÃO SOCIAL EM IBERO-AMÉRICA



RELATÓRIO SOBRE OS
SEMINÁRIOS PREPARATÓRIOS
- MADRI, MÉXICO, BOGOTÁ, BRASÍLIA -

INDICE

A.-INTRODUÇÃO.....	5
B.- RESUMO	7
C.- CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	9
Conceito de Coesão Social	9
Situação na região	10
Economia e Coesão Social	10
Políticas sociais, Democracia e Coesão Social	12
Integração regional e Desenvolvimento local para a Coesão Social	13
Propostas gerais	14
D.- RELATÓRIO SOBRE OS TEMAS TRATADOS NAS SESSÕES.....	17
Sessão 1.1. Sistemas de saúde. Alimentação e nutrição	17
Sessão 1.2. Acesso universal e qualidade da educação	20
Sessão 1.3. Proteção Social. Sistemas de pensões	22
Sessão 2.1. Criação de emprego de qualidade. Diálogo Social	25
Sessão 2.2. Criação de receitas e financiamento das políticas públicas. Pacto Fiscal	27
Sessão 2.3- Crescimento, competitividade e equidade	31
Sessão 3.1. Populações Indígenas e Afro-descendentes, um desafio para a Coesão Social	35
Sessão 3.2. Políticas de igualdade de gênero	38
Sessão 3.3. Confiança e eficácia das instituições democráticas	40
PROGRAMA.....	45

SEMINÁRIOS "COESÃO SOCIAL EM IBERO-AMÉRICA"
- Madri, México, Bogotá Brasília -

RELATÓRIO DAS REUNIÕES



*Inauguração do Seminário de Madri
no dia 18 de junho de 2007.*

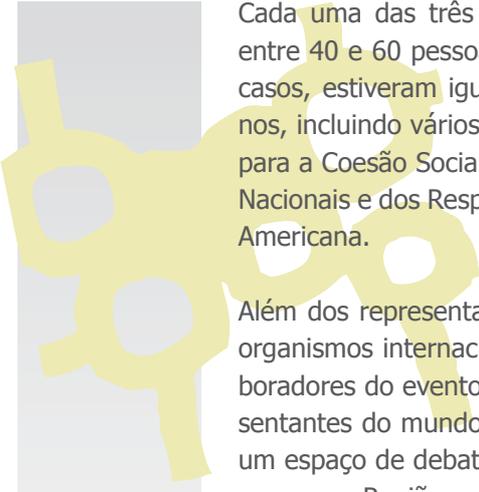
A. INTRODUÇÃO

Realizou-se em Madri, nos dias 18 e 19 de junho de 2007, o Seminário sobre "Coesão Social em Ibero-América", organizado pela SEGIB, com o apoio da CEPAL, AECI, PNUD e OIT. No entanto foram realizadas outras três reuniões sobre o mesmo tema, em diferentes países, em México (30 de julho), Bogotá (01 de agosto) e Brasília (03 de agosto).

Essas reuniões formam parte do processo preparatório da XVII Cúpula Ibero-Americana que será realizada em Santiago do Chile entre os dias 8 e 10 de novembro de 2007. A Coesão Social constitui o eixo dos trabalhos da Conferência Ibero-Americana deste ano, respondendo, assim, à decisão dos Chefes de Estado e de Governo Ibero-Americanos que, reunidos na XVI Cúpula de Montevideu em 2006, decidiram que: "O tema central da Cúpula versará sobre a coesão social e as políticas sociais para alcançar sociedades mais inclusivas na Ibero-América".

Tendo em vista a preparação do Seminário, tanto a CEPAL, com a colaboração da SEGIB, como o governo do Chile elaboraram os seus respectivos documentos sobre Coesão Social, estes documentos constituíram a base dos trabalhos do seminário realizado em Madri. Assim mesmo, foram apresentados outros relatórios e documentos, que serviram de apoio para as sessões. Todos eles, juntamente com outras informações e as apresentações realizadas no Seminário, podem ser consultados na página web: www.segib.org. Além disso, se utilizou a primeira versão deste informe realizado depois do seminário de Madri, como aporte para outras três reuniões que ocorreram posteriormente na região.

O Seminário de Madri reuniu mais de 250 pessoas da América Latina, Espanha, Portugal e Andorra.



Cada uma das três reuniões posteriores contou com a participação de um número aproximado entre 40 e 60 pessoas pertencentes ao país sede, ademais de outros países vizinhos. Em todos os casos, estiveram igualmente presentes altos representantes de todos os governos ibero-americanos, incluindo vários Ministros e Ministras responsáveis pelas áreas sociais e econômicas relevantes para a Coesão Social. O seminário de Madri também contou com a participação dos Coordenadores Nacionais e dos Responsáveis de Cooperação dos vinte e dois países membros da Conferência Ibero-Americana.

Além dos representantes governamentais, os seminários contaram com a importante presença de organismos internacionais (Comissão Européia, FAO, OPS e outros, além dos já citados como colaboradores do evento), organizações da sociedade civil, sindicatos, federações empresariais e representantes do mundo acadêmico. Houve uma participação ampla e diversa, com o objetivo de criar um espaço de debate aberto entre todos os agentes implicados na consecução de sociedades mais coesas na Região.

A abertura do Seminário de Madri ficou a cargo de Maria Tereza Fernández de la Vega, Primeira Vice-Presidente de Governo da Espanha, acompanhada por Kevin Casas, Vice-Presidente da Costa Rica, Clarisa Hardy, Ministra de Planejamento do Chile, José Luis Machinea, Secretário Executivo da CEPAL e, como anfitrião, Enrique V. Iglesias, Secretário-Geral Ibero-Americano.

Após o primeiro plenário, os participantes foram divididos em três mesas de trabalho simultâneas e foram debatidos os temas que influem na Coesão Social: políticas sociais, economia, instituições e igualdade. Cada sessão das mesas de trabalho contou com duas breves apresentações, seguidas de um extenso debate; formato que permitiu que todos os participantes pudessem intervir quando considerassem oportuno.

Ademais das nove sessões nas três mesas de trabalho, apresentou-se em plenário uma primeira versão dos relatórios. O Seminário foi encerrado sob a presidência de Miguel Angel Moratinos, Ministro de Relações Exteriores e Cooperação da Espanha, Clarisa Hardy, Ministra de Planejamento do Chile, e Enrique V. Iglesias, Secretário-Geral Ibero-Americano, Rebeca Grynsplan, Diretora para a América Latina e o Caribe do PNUD, José Luis Machinea, Secretário executivo da CEPAL e M^a Angélica Ducci, Diretora-Executiva da OIT. O programa completo do seminário encontra-se em anexo.

Enrique Iglesias e José Luis Machinea inauguraram as três reuniões regionais posteriores ao seminário de Madri. Além disso, a reunião realizada no México contou com a presença de Patrícia Espinosa, Secretária de Relações Exteriores deste país. A reunião de Bogotá contou com a presença de Carolina Rentería, Diretora do Departamento Nacional de Planejamento de Colômbia e a reunião de Brasília contou com a presença do Ministro de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias.

O documento que agora se apresenta é um relatório sobre estes Seminários. Os relatores procuraram refletir fielmente tudo o que foi tratado nos plenários e mesas de trabalho, agrupando idéias e resumindo os principais temas, a fim de facilitar sua leitura. Não se trata necessariamente de consensos ou acordos, já que os seminários não os tinham como objetivo, mas sim de idéias, algumas das quais, reiteradas por vários participantes, e que se tornaram os principais eixos dos eventos. As opiniões reunidas neste relatório, por si mesmas diversas, não refletem, necessariamente, a opinião da SEGIB, nem de qualquer uma das organizações que colaboraram na realização deste tipo de evento.

B. RESUMO

A Coesão Social é um tema da maior importância para o espaço ibero-americano, já que unifica a abordagem das diferenças e da desigualdade, visando o sentimento de pertencer dos cidadãos às suas sociedades. O desejo deste processo, no seio da Conferência Ibero-Americana, é promover grandes acordos entre os agentes sociais, públicos e privados, a fim de avançar na direção de sociedades mais coesas, considerando as assimetrias e diferenças entre os países da região.

Para isso, considera-se que:

1. O crescimento econômico alto e sustentável é necessário para gerar recursos e postos de trabalho, sendo este o principal fator da Coesão Social. Embora os países da Região tenham aprendido a crescer, constatou-se que este elemento é muito mais complexo do que se poderia julgar. É necessário, além disso, assumir uma atitude cautelosa, já que a atual bonança econômica apresenta algumas fragilidades. Por último, cabe destacar que não serve qualquer tipo de crescimento, já que a qualidade do mesmo é tão importante como a quantidade. A equidade deve estar unida ao crescimento através do emprego de qualidade e da distribuição dos seus benefícios entre o conjunto da população, evitando assim, que estes se acumulem exclusivamente nas elites. Não deve existir contradição entre crescimento e distribuição, mas justamente o contrário.
2. Políticas sociais bem dotadas e eficazes são essenciais para assegurar o direito de todas as pessoas à educação, à saúde e à proteção social, assim como para lutar contra a desigualdade e a exclusão social. As políticas que promovem a coesão social ademais englobar elementos de luta contra a pobreza, vão mais além, apontando em direção à universalização e à qualidade dos serviços públicos em todos os setores sociais. Ao estabelecer estas políticas, deve-se prestar atenção às considerações de gênero e etnia, levando em conta os valores e os elementos culturais próprios dos povos indígenas e afro-americanos, assim como a situação dos migrantes internacionais.
3. É importante garantir a gestão pública das políticas sociais, fortalecendo a capacidade reguladora e administrativa das diversas instâncias do Estado que operam nos campos das políticas públicas. As instituições, por ser um ponto de referência, devem apostar na defesa e reforma dirigida ao desenvolvimento das suas capacidades, como forma de fortalecer a democracia. Pela sua vez, as instituições devem melhorar a transparência e eficiência, promovendo assim, a legitimidade da despesa pública.
4. É preciso alcançar pactos fiscais para financiar estas políticas, outras necessidades e expectativas dos agentes sociais e econômicos com relação ao uso dos recursos públicos. Uma boa combinação de finanças públicas e uso dos recursos gerados para melhorar a educação, a saúde e a capacidade do país deve promover o crescimento, em vez de freá-lo. A reforma fiscal deveria estar orientada para a progressividade tanto da receita como da despesa já que, atualmente, ambas são regressivas, evitando a primazia dos impostos indiretos. Finalmente, se devem fortalecer as administrações tributárias para assegurar a luta contra a fraude fiscal e se arrecadem receitas de acordo com o estipulado legalmente e de reforma efetiva.

5. Os pactos fiscais são um componente significativo do que seria um Contrato pela Coesão Social, na forma de um grande acordo, adaptado à situação de cada país e conseguido através do diálogo e do compromisso entre as forças públicas, sociais e econômicas. Um Contrato baseado nos direitos e nas obrigações de todas as pessoas e grupos sociais, que aposta em colocar numa base comum os seus interesses e também as suas responsabilidades na hora de construir sociedades mais coesas formadas por cidadãos que se sentem parte de um projeto comum. Este Contrato deve estar fundamentado nos valores e princípios que caracterizam as nossas sociedades e em direção a uma solidariedade baseada na justiça.



Público presente no seminário de Madri

C. CONSIDERAÇÕES GERAIS



Encerramento do seminário de Madrid no dia 19 de junho de 2007.

Conceito de Coesão Social

No transcurso dos seminários, as pessoas que foram intervindo, coincidiram quanto à importância que a Coesão Social representa para a Região e a necessidade de incluí-la nos debates, adaptando os mesmos às realidades objetivas de cada país. Considerando que se trata de uma opção acertada, que possa preencher de alguma forma, os espaços vazios relacionados com os paradigmas de desenvolvimento na Ibero-América. Ademais de contribuir com a renovação da discussão, uma vez que volte a estar sobre a mesa, a reflexão sobre o desenvolvimento deve partir de uma perspectiva integral. Isto é ainda mais importante numa conjuntura na qual a mudança se vê acelerada e as cartas de navegação tradicionais já não são úteis.

Em diversas intervenções, ressaltou-se que uma sociedade excludente e desigual, não é eticamente defendível e está condenada, além disso, a sofrer surtos de violência e instabilidade. Foi mencionado que na democracia, o nível de um país não é medido pelas oportunidades dos que mais têm, mas pelas daqueles que menos têm.

Houve consenso quanto à necessidade de adotar uma definição e uma aproximação à Coesão Social na Ibero-América diferenciada daquela da União Europeia, que está fundamentada em brechas objetivas. Sendo estas um aspecto crucial da Coesão Social, é necessário conjugar esta definição com a que inclui os aspectos do sentido de pertencer e solidariedade, incorporando a dialética entre os mecanismos de inclusão e de exclusão e a sua percepção por parte da sociedade. As diferenças de contexto e indicadores em relação à UE são também evidentes. Deve-se ter em conta que a América Latina é um espaço heterogêneo, aonde as diferenças de receita entre os países podem variar entre 1 e 15, porém em relação aos europeus estas taxas variam apenas entre 1 e 4. Além disso, as situações de exclusão por razões de gênero e de etnia também são relevantes.

Em qualquer caso, considerou-se necessário recuperar a visão da Coesão Social na UE, concebida

como um grande contrato em que se assumem direitos e obrigações entre um Estado e a sociedade.

Por outro lado, indicou-se que os acordos internacionais relacionados com as prioridades do desenvolvimento e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, não devem ser vistos como contraposição ou elementos distantes da Coesão Social, mas sim como elementos básicos e necessários para estabelecer os fundamentos e os acordos mínimos que avancem nessa direção.

Situação na Região

Foi destacado que a Ibero-América está melhorando em alguns aspectos importantes para a Coesão Social. Nos últimos anos a Região está crescendo de forma sustentável, embora pudesse fazê-lo com índices superiores se enfrentasse os problemas de investimento e produtividade. A proporção de pobres caiu para 38,5% do total da população e o seu número para 205 milhões, dos quais 79 milhões vivem em situação de indigência. Embora este último dado reflita uma diminuição de 20 pontos percentuais na pobreza extrema, os números permanecem muito altos. Além disso, embora ocorra uma ligeira melhora no coeficiente de Gini, não se pode ocultar que a desigualdade de renda e riqueza continua sendo imensa.

Entre os anos de 2003 e 2006, o Chile reduziu a porcentagem de população pobre de 18% para 13%. Cabe destacar que este país conseguiu modificar notavelmente a relação entre crescimento e pobreza: no início dos anos noventa a redução da pobreza por cada ponto de crescimento do PIB era de 0.5 pontos, enquanto nos últimos anos chegou a 1.5 pontos percentuais. Esses resultados foram obtidos aplicando políticas que questionavam as orientações clássicas em matéria de emprego e segurança.

Apesar disso, a desigualdade continua sendo um grave problema no Chile e em toda a Região. Estes dados mostram que é possível avançar na redução da pobreza e da desigualdade, sendo estes os aspectos medulares da Coesão Social.

No entanto, ao propor políticas que promovam a coesão deve-se levar em consideração que a Região continua sendo vulnerável, por um lado devido à rapidez das mudanças, à irrupção das comunicações e à inovação tecnológica e, por outro, devido ao caráter informal de boa parte dos empregos que não contam com proteção social, o que torna a população mais vulnerável frente às crises.

Neste sentido, a necessidade de competir em um mundo global, partindo destes níveis médios de desenvolvimento, junto à necessidade de favorecer o bem-estar a partir de uma enorme brecha oriunda de fatores históricos e estruturais, ou a través de outros fatores associados ao ciclo econômico, que não deixam de ser um elemento limitante para a Coesão Social.

Economia e Coesão Social

Há uma década atrás foram utilizadas na Região, opções heterodoxas que procuravam melhorar os indicadores econômicos e sociais. Mais além de alguns sucessos em indicadores econômicos, cabe reconhecer que o Estado foi capturado por certos grupos de interesse que utilizaram, em seu próprio interesse, tanto as políticas públicas como os recursos estatais. Não houve um pacto fiscal para fixar critérios e qualidade, tanto da arrecadação como da despesa pública.

Mais tarde, no final dos anos 80 e nos 90, foi introduzido na Região outro tipo de reformas de orientação neoliberal. Porém, a carência de uma institucionalização adequada e o fato de não enfrentar o tema das finanças públicas conduziram ao aumento da pobreza e da desigualdade.

Em geral, pode-se afirmar que a região se tornou mais pragmática na gestão da política econômica. Considera-se que as reformas dos anos 80 e 90 estão ultrapassadas, embora alguns dos seus princípios, como o da responsabilidade fiscal e orçamento na hora de tomar decisões ou o controle da inflação, continuem válidos e parecem haver-se convertido, em geral em um ativo que assegura a estabilidade.

A ortodoxia, entretanto, está dando espaço a visões mais flexíveis. Assume-se, por exemplo, que é necessário um pacto fiscal que incremente os recursos que possam ser dedicados ao investimento social, porém de forma que não prejudique as opções de crescimento e aumento de emprego, mas justamente o contrário, que estimule a produtividade através do investimento em setores chave como a educação ou a saúde. Isto requer o fortalecimento da administração tributária e a credibilidade da legitimidade da despesa pública.

Agora, nos encontramos na globalização que, como toda mudança civilizadora, cria riscos e oportunidades. Se for ignorada e somente forem apontados os riscos, cai-se na paralisia e se deixa de explorar a possibilidade de aproveitar as oportunidades da globalização, ainda que para sua culminação seja necessário afiançar o governo dos novos espaços públicos.

Neste contexto, vários participantes reafirmaram que exportar é importante para crescer e que, no caso latino-americano, o dilema atual está entre exportar produtos ou exportar pessoas. É necessário, não obstante, ampliar o leque de bens e serviços produzidos pensando no mercado externo, indo mais além das matérias-primas tradicionais, embora hoje estas sejam o vetor mais relevante do atual crescimento da Região. Portanto, torna-se imprescindível incrementar a produtividade como forma de elevar os salários dos trabalhadores e investir em pesquisa e desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se trabalha para reduzir as brechas digitais.

Por outro lado, também é necessário influir nos espaços internacionais enfrentando assim as assimetrias e injustiças que sofrem os mesmos, como o protecionismo internacional que limita as possibilidades de desenvolvimento. Nossos países deveriam apresentar também nestes espaços, as considerações de igualdade ausentes, por exemplo, nas negociações comerciais no seio da OMC ou expor diante dos grandes organismos internacionais, a preocupação pelo risco social que também supõe uma ameaça para o país.

No Seminário, insistiu-se também que **não se deve aceitar a idéia comumente difundida de que existe uma dicotomia entre crescimento e distribuição.** Um crescimento alto e sustentável é necessário, no entanto, o "gotejamento econômico" é insuficiente para assegurar os direitos sociais das pessoas. Deve-se crescer com equidade, preocupando-se com a forma em está sendo orientado o crescimento econômico, do emprego e da distribuição dos frutos, geradas pelo mesmo. É o eticamente aceitável e também o mais eficiente em termos de desenvolvimento de longo prazo, já que a desigualdade conspira contra o crescimento econômico e contra as boas políticas públicas, além de erodir o regime político.

Os participantes ressaltaram, também, que o Estado deve assumir suas responsabilidades regulado-

dições para que exista um estado de direito.

Não só a segurança jurídica é importante, mas também a segurança física das pessoas, exigindo um corpo policial honesto, efetivo e com bons salários, assim como o funcionamento eficiente e independente do sistema jurídico. Esta deve ser uma das primeiras prioridades no emprego dos recursos do Estado. O investimento em educação e em saúde, direitos decisivos para a inclusão social, constitui a outra prioridade da despesa pública.

Finalmente, o Estado deverá concentrar-se no capital físico, revertendo a tendência de realizar um limitado investimento em infra-estruturas e conjugando os recursos, que podem ser escassos, com a poupança externa e interna, criando ambientes para atrair o investimento. Não obstante, não deveria evitar a sua presença direta, já que existe um limite na participação do setor privado neste âmbito.

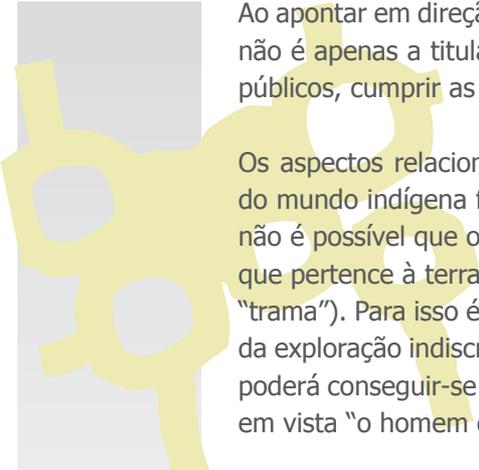
Políticas sociais, Democracia e Coesão Social

Ao abordar a saúde, a educação ou a alimentação, nos seminários, reiterou-se o afogamento dos direitos econômicos, sociais e culturais e insistiu-se na necessidade de torná-los efetivos.

Várias apresentações ressaltaram o fato de **que as políticas sociais que enfrentam a pobreza e procuram a sua redução não são necessariamente as mesmas, ou pelo menos as únicas, que promovem a Coesão Social**, tendo estas últimas um caráter universal fundamentado nos direitos das pessoas. Atualmente, este enfoque contribui à redução da pobreza e à universalização da Coesão Social. Insistiu-se na necessidade de que a focalização seja concebida como um instrumento complementar para alcançar a meta de obter a satisfação global das necessidades da população, que deve começar pelo estabelecimento do acesso universal a uma qualidade mínima de prestações sociais.

Com relação à democracia e às instituições, diversas intervenções insistiram que é impossível conseguir avanços em matéria de Coesão Social em países com grandes desigualdades na distribuição da renda. Houve consenso quanto à impossibilidade de avançar, se essa sociedade carecer de senso de solidariedade e de pertencer, se não houver confiança nas instituições básicas da democracia, se a justiça for corrupta, etc. Isto é crucial num contexto como o latino-americano, onde se pode notar uma forte deslegitimação das instituições, principalmente das políticas, como demonstram diversos estudos de opinião pública. Além disso, as sociedades ibero-americanas estão, em geral, muito polarizadas, especialmente ao redor de certos temas medulares para a Coesão Social, como a educação ou o emprego, onde os valores são muito diferentes.

É importante enfatizar, como afirmaram alguns participantes, que os direitos civis são prévios ao estado do bem-estar e que a democracia é o caminho que menos riscos possui, uma vez que previne a ditadura e assegura a construção de espaços supra-institucionais que todos respeitam. Não pressupõe o bom governo e sim a possibilidade de acabar com o mau governo, o que incentiva a melhora da sua gestão.



Ao apontar em direção a um pacto pela Coesão Social, várias intervenções indicaram que a cidadania não é apenas a titularidade de alguns direitos, mas também a disposição para participar em temas públicos, cumprir as regras e comprometer-se com a sociedade.

Os aspectos relacionados com a sustentabilidade e as visões alternativas da coesão provenientes do mundo indígena foram também ressaltados por alguns participantes. De acordo com esta visão, não é possível que o homem possua a terra, mas isto sim, é necessário reconhecer que é o homem que pertence à terra e, junto com ele, o resto da natureza, fazendo parte de uma grande família (a "trama"). Para isso é importante não procurar sempre o "viver melhor", especialmente se for através da exploração indiscriminada da natureza e de outros seres humanos, mas "viver bem". Deste modo, poderá conseguir-se um equilíbrio entre o homem e a natureza, elaborando leis para a vida de tendo em vista "o homem da cultura da vida".

Integração regional e Desenvolvimento local para a Coesão Social.

Várias intervenções feitas nos seminários, especialmente naqueles que foram realizados na América Latina, insistiram na necessidade de abordar a Coesão Social desde uma perspectiva local, baseada nos acordos de integração regional.

Argumentou-se que os modos locais de sobrevivência, ou seja, em comunidades e bairros, é um tema que deve ser considerado como parte da discussão sobre a Coesão Social, já que a solidariedade a nível "micro" é muito mais relevante. E, inclusive, o sentido de pertencer se produz com maior intensidade a nível local e regional, porque nestes espaços existe maior vinculação com o território.

Os governos locais são os ouvidos mais próximos da comunidade e podem responder melhor se contam com os recursos adequados às necessidades da mesma. Existem numerosas histórias de êxito, apesar da existência de alguns fracassos no funcionamento de mecanismos relacionados com as participações locais. Os governos locais exercem um importante papel, tanto em términos de gestão de conflitos como de geração de infra-estruturas. Finalmente, é importante destacar que os micro-sistemas económicos locais se mostraram menos "pro-cíclicos" que a economia nacional.

Os processos de integração regional também devem ser considerados desde uma perspectiva de contribuição à Coesão Social. Para isso, é necessário considerar e contrastar as assimetrias entre os países, que se devem aos distintos níveis de ingresso, educação e proteção social, entre outros.

Também nos acordos de associação é importante tomar em conta esta dimensão já que ao não incorporar um tratamento especial, como por exemplo, o que ocorre no CAFTA, pode ter um efeito negativo sobre a Coesão Social fomentando a fragmentação.

Alguns participantes indicaram a necessidade dos acordos de associação, como por exemplo, o acordo existente entre América Central e a União Européia - UE, de incluir fundos de Coesão Social que compensem a assimetria entre duas regiões, assim como entre os países centro-americanos, inclusive entre as regiões localizadas dentro destes próprios países.

Propostas gerais

É necessário avançar em várias direções. Aproveitar as oportunidades para um maior crescimento econômico com emprego; apostar na educação, básica e ocupacional, e na solidariedade, enfatizando a proteção fundamentada em direitos. Devem-se incrementar a credibilidade das instituições, através de maior transparência e avaliação, assim como estabelecer regras claras e sistemas de competência para o setor privado.

Construir uma sociedade que respeita a diversidade, que outorgue voz aos que se encontram marginalizados, onde os agentes tenham uma atitude solidária que os leve a renunciar a certos objetivos pessoais para apoiar outras pessoas com mais necessidades.

Neste marco, surgiram algumas propostas gerais, resumo das indicadas em cada sessão.

1. Não apenas deve-se reduzir a pobreza, mas também a desigualdade. Interessa o que acontece com a desigualdade, não só por uma questão ética, mas pela estabilidade e opções de desenvolvimento de um país. A desigualdade debilita o sentido de pertencer e de identidade.
2. São necessários mais recursos e um pacto fiscal orientado não só para incrementar os impostos, mas também para decidir em que esses recursos devem ser aplicados e com que qualidade e progressividade, tanto no tocante à arrecadação como às despesas. Para que os cidadãos aceitem este pacto, será crucial que eles saibam onde os recursos das suas contribuições estão sendo aplicados, e que estes sejam utilizados eficientemente. Devem estabelecer-se sistemas de controle social e inspeção pública.
3. As políticas sociais devem ser fundamentadas em direitos e articuladas com a economia. O sistema político deve decidir que direitos são garantidos, quais deles são universais e como esta decisão se vincula ao nível de progresso econômico do país.
4. Assim mesmo, as políticas de emergência devem ceder o lugar às políticas sociais universalistas, as quais reconhecem toda a cidadania como seu objetivo. A focalização deve ser concebida como uma maneira de conseguir que a despesa pública seja mais progressiva e beneficie quem a necessita. Esta é uma maneira de contribuir para a universalização da proteção dos direitos.
5. É necessário prestar especial atenção na qualidade das prestações. Tanto à universalização como a ênfase em políticas seletivas sem mencionar a qualidade, podem criar um círculo vicioso, no qual as "políticas para os pobres" acabem sendo "pobres políticas". Por isso, ao apostar pela universalidade, é necessário traçar esquemas inovadores de solidariedade no que se refere ao financiamento, e garantir prestações de qualidade. Enquanto, se produz avances no incremento dos recursos orçamentários, as restrições nos mesmos podem provocar uma necessidade de garantir o acesso universal a um índice mínimo de qualidade.
6. É necessário que as políticas sociais tenham estabilidade e institucionalização como políticas públicas, assim como uma continuidade que ultrapasse a duração de cada governo, dando garantia jurídica aos cidadãos.



O Secretário Geral Ibero-Americano na roda de imprensa com parte da sua equipe.

7. Deve reforçar-se a gestão pública das políticas sociais, para o que é necessário que as instituições do Estado dedicadas a esta matéria desenvolvam a sua capacidade administrativa, incrementando os recursos e capacidades de forma eficiente.
8. A prioridade é criança, a mulher e o indígena, sem esquecer o adulto idoso. Devem atacar-se as situações desde o nascimento, para diminuir os reprodutores de desigualdades, como acontece, por exemplo, no caso das mulheres sós como chefes de família.
9. É necessário articular e complementar sistemas representativos, que devem ser sustentados como centrais na democracia, com outros sistemas de participação democrática direta. Uma maior participação da cidadania é crucial para afiançar a legitimidade das políticas sociais e económicas, e com o objetivo de lograr pactos sociais. Por isso, é necessário construir uma institucionalização legitimadora da participação de agentes sociais, adequada às realidades de cada país e representativa da diversidade de posições e interesses.
10. Deve promover-se um contrato pela Coesão Social, que inclua o mencionado Pacto Fiscal, considerando a necessidade de seguir aprofundando nos debates, e desta maneira articular medidas políticas concretas, que perdurem no tempo. A Coesão Social não se obtém por ações imediatas, já que responde a processos políticos, sociais, culturais e económicos de longo alcance, e que devem estar orientados por uma vontade política mantida em torno a um projeto de desenvolvimento.

MESA 1.

*DIREITOS SOCIAIS:
PROTEÇÃO E
POLÍTICAS PÚBLICAS*

D. RELATÓRIO SOBRE OS TEMAS TRATADOS NAS SESSÕES

Mesa 1. Direitos Sociais: Proteção e Políticas Públicas



SESSÃO 1.1. SISTEMAS DE SAÚDE. ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Introducción

Nesta sessão destacou-se que a saúde, a alimentação e a nutrição constituem direitos e que possuem uma grande importância na consecução da coesão social na América Latina, dada a sua estreita relação com o bem-estar das pessoas e com outras dimensões básicas, como o sucesso educativo e a possibilidade de desempenhar adequadamente a vida laboral.

A maior dificuldade da Região reside na conjugação de dois tipos de epidemiologias; uma que advém do baixo nível de desenvolvimento, caracterizado pelo predomínio das doenças infecto-contagiosas, e a outra, que é própria das sociedades que avançaram na transição demográfica, onde aumentam as doenças próprias do desenvolvimento. Tal quadro de necessidades sanitárias, muito diversas, implica dispor de um financiamento cada vez maior.

Na América Latina, a exclusão na área da saúde é importante. Hoje em dia, 230 milhões de pessoas, ou seja, 46% da população regional, não têm acesso à saúde; 25% carecem de serviços básicos; 17% dos partos realizam-se sem a presença de pessoal qualificado; e 150 milhões de pessoas vivem sem acesso à água potável.

Durante os anos noventa levaram-se a cabo reformas nos sistemas de saúde que tiveram resultados mistos e, em alguns casos, negativos. Apesar dessas reformas, não se conseguiu alcançar a cober-

tura universal e, em muitos casos, houve deterioração da capacidade institucional de que o setor público dispunha.

Destacaram-se vários problemas dos sistemas de cuidados com saúde da Região, que se podem sintetizar na sua baixa capacidade institucional, de financiamento e de gestão.

1. Coexistem diversos subsistemas não integrados e não coordenados. A medicina tradicional tampouco está integrada nestes sistemas.
2. O gasto na saúde é baixo. Representa apenas metade do que caracteriza a União Européia, e nele assume um papel predominante o gasto privado a custos dos usuários;
3. Há carências na institucionalização, que se expressa em termos de regulação, assim como no acesso, desempenho e criação de recursos.

Prestou-se especial importância ao tema da fome, destacando-se que combatê-la não é o mesmo que atacar a pobreza extrema. Ambas são elementos de um círculo vicioso, mas devem ser enfrentadas com políticas diferenciadas e específicas. As crianças desnutridas não vão à escola, ou, se o fazem, não estão em condições de aprender, pelo que é provável que entrem numa dinâmica de repetição e abandono, o que dificultará o acesso a empregos adequados, ou a possibilidade de obter um salário que lhes permita sair da pobreza. Deve-se usar, então, a luta contra a fome como um ponto de apoio para quebrar o ciclo reprodutor da pobreza.

Para uma política contra a fome, é preciso ter claro que a Região é uma importante produtora de alimentos, então o problema não é de disponibilidade, mas de acesso aos alimentos.

Idéias e propostas

1. Em relação à saúde, recomendou-se manter o objetivo do acesso universal, independentemente da capacidade de pagamento dos usuários; melhorar a qualidade e centrar-se na atenção primária.

Para isso, é necessário:

- 1.1. Fortalecer a atenção primária de saúde e melhorar a infra-estrutura da saúde pública e as redes de serviços enquanto se avança, simultaneamente com a descentralização e se capacitação do pessoal sanitário;
- 1.2. Melhorar a capacidade institucional dos ministérios da saúde para que possam exercer a moderação do setor e fazer uma boa gestão dos serviços.
- 1.3. Articular os subsistemas existentes e recorrer a fontes de financiamento diversificadas.

2. Em relação à fome e à nutrição, a proposta apresentada pela FAO é a de que é mais rentável combater a fome do que conviver com ela. No caso de existir vontade política para enfrentar este problema, recomendam-se quatro linhas de ação:

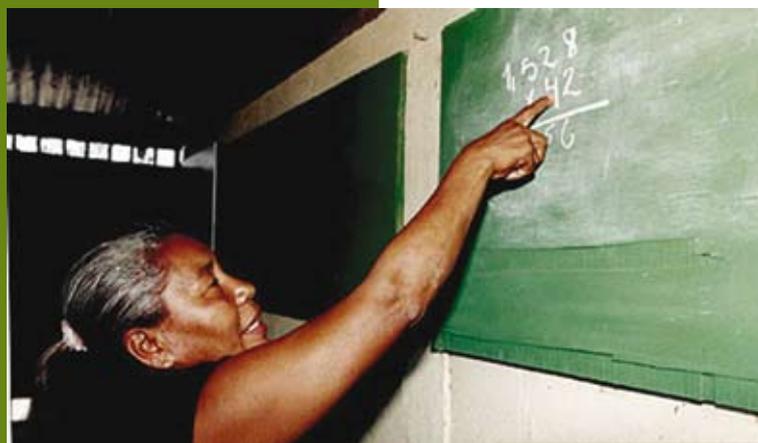
- 2.1. Melhorar a institucionalização das políticas de segurança alimentar.
- 2.2. Envolver vários agentes sociais (setor privado, ONG, redes sociais), pois são eles os que têm a capacidade de atuar sobre a população de menores recursos que vivem em regiões afastadas.
- 2.3. Dispor de recursos nacionais adicionais e não agir unicamente com a ajuda da cooperação internacional.
- 2.4. Capacitar recursos humanos em políticas de segurança alimentar e nutrição.

Outras propostas sobre os dois temas foram:

3. A necessidade de que exista um eixo articulador das políticas sociais, de modo que os agentes públicos e privados atuem de maneira coordenada.
4. Haver mecanismos permanentes de fiscalização e avaliação, uma vez que as reformas não necessariamente alcançarão os resultados esperados. É importante completar estes mecanismos com o controle social por parte da cidadania.
5. A gestão do sistema de saúde deve ser exercida pelo Ministério correspondente, evitando mudanças pendulares da política. Deve reconhecer-se a importância de outros agentes sociais, reforçando as relações entre a sociedade civil e o Estado. É necessário avançar na compreensão do papel das organizações não governamentais, como instrumento para que seja exercido o direito à saúde.
6. Desenvolver a prevenção e a educação em saúde, porque seu custo é menor do que a própria prestação de saúde.
7. Obter maiores recursos financeiros, de novas fontes ou de novas programações orçamentárias.
8. Mencionou-se a possibilidade de impulsionar programas de cooperação no âmbito da Cúpula sobre temas de saúde, nutrição e alimentação.
9. Além disso, recomenda-se aproveitar programas existentes como o consórcio em saúde liderado pela França e integrado pela Espanha, Itália, México, Brasil, Chile e Argentina, que foi criado pela Cúpula ALC-UE em 2004; e que promove o intercâmbio de experiências.
10. Incrementar o investimento neste tipo de programas de saúde, para melhorar a qualidade dos serviços e, adicionalmente, aproximá-los dos usuários, aumentando as facilidades de acesso e a confiança nos mesmos.
11. Deve-se dar prioridade aos cuidados às crianças, mulheres, portadores de necessidades especiais e idosos.
12. Devido à magnitude das migrações, deve-se assegurar o aporte da previdência social tanto em matéria de pensões como em saúde.



Mesa 1. Direitos Sociais: Proteção e Políticas Públicas



SESSÃO 1.2. ACESSO UNIVERSAL E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Introdução

Os sucessos educacionais dos alunos encontram-se fortemente condicionados pelas características do nível socioeconômico das famílias e pelo clima cultural do lar de origem. Diversos estudos mostram que apenas a metade dos resultados são atribuídos à própria escola; e a outra metade à família. Num continente profundamente desigual, como a América Latina, essas diferenças tendem a se reproduzir no sistema educativo. De fato, uma quinta parte da população mais pobre, possui um grau de escolaridade que é a metade da quinta parte da população mais rica. Isto deve ser tomado em consideração na hora de propor demandas educativas neste tipo de sociedades.

Portanto, deve prever-se o necessário para compensar as desigualdades trazidas pelos alunos que se incorporam ao sistema. A difusão das novas tecnologias num contexto de grandes desigualdades socioeconômicas, em que alguns têm acesso a elas e outros não, tornam ainda mais difícil que a escola possa cumprir objetivos de equiparação de oportunidades.

Além disso, deve ter-se em conta que, embora a educação tenha sido sempre considerada um âmbito crucial de geração de coesão social, atualmente a escola perdeu boa parte dessa capacidade frente aos meios de comunicação e, especialmente, frente à televisão.

Em todo caso, um objetivo mínimo da educação é obter a escolarização primária completa, o que se vê afetado pelas altas taxas de repetência e evasão escolar que muitos sistemas educativos da Região mostram. Em geral, outros países avançaram na consecução deste objetivo mínimo e propõem que se deve atingir o "umbral educativo" atual que está ao redor dos 12 anos de educação. Isto permite assegurar uma alta probabilidade de que aqueles que o conseguirem não caiam na pobreza durante a sua vida.

Idéias e propostas

1. Destacou-se a importância de revitalizar os compromissos com a infância e o direito à educação e de abordar a problemática da exclusão da educação nas zonas mais pobres e isoladas. Foram detectados sucessos em termos de cobertura educacional e déficit na sua qualidade.
2. Deve-se, portanto, melhorar as condições sociais e econômicas das famílias. Isto se deve à importância com que essas características se refletem nas condições de aprendizagem dos alunos. As estratégias educativas devem ser acompanhadas de intervenções estruturais enfocadas aos grupos mais desfavorecidos, aos que as instituições do Estado não chegam, mediante, por exemplo, programas de transferências condicionadas.
3. Igualmente, insistiu-se em que é necessário que a política educacional tenha um horizonte de médio e longo prazo, o que exige que se trate de uma política de Estado, já que as suas metas requerem períodos que transcendem os governos. É necessário incorporar a sociedade civil ao esforço educativo e difundir as suas práticas inovadoras.
4. Insistiu-se, reiteradamente, na necessidade de integrar as novas tecnologias a todos os níveis do sistema educativo para, assim, alcançar o objetivo da alfabetização digital.
5. Da mesma forma, recomendou-se realizar esforços desmedidos para melhorar a educação pública de maneira a torná-la mais competitiva e atrativa, em relação à privada. Isso exige investimentos em infra-estruturas, capacitação do corpo docente etc.
6. Deve-se, além disso, reforçar a governabilidade no sistema educacional, o que, entre outras coisas, implica no fomento do equilíbrio entre centralização e descentralização e alcançar acordos políticos e sociais em educação.
7. Destacou-se a importância de estabelecer programas não formais que combinem educação e trabalho e fomentem a qualificação profissional, a fim de incorporar o conjunto de jovens que se encontram fora da escola e estejam desempregados.
8. Atender as problemáticas específicas dos jovens migrantes na Espanha, muitos dos quais devem abandonar as salas de aula frente às dificuldades representadas pelos processos de integração, pela homologação dos certificados de estudos universitários e o acesso à bolsas de estudos para cursar estudos superiores.
9. É importante que as empresas se incorporem a iniciativas de responsabilidade social corporativa, oferecendo uma conexão entre educação, formação e trabalho.
10. Destacou-se a relevância do mecanismo de troca da dívida por educação, impulsionado pelos governos da Região e apoiado pela SEGIB e pela OEI.
11. Recomendou-se promover a difusão de valores cívicos comuns. A educação cidadã é um elemento transversal e específico da aprendizagem, motivo pelo qual seria importante que a Cúpula propusera a conveniência de criar um currículo educacional para a cidadania que tenha um núcleo comum a todos os países ibero-americanos e que, por outro lado, se adapte às peculiaridades de cada sociedade.
12. Recomendou-se estudar o impacto dos movimentos migratórios sobre a coesão social, apesar de tratar-se de uma experiência relativamente nova, tem uma relevância especial.

Mesa 1. Direitos Sociais: Proteção e Políticas Públicas



SESSÃO 1.2. PROTEÇÃO SOCIAL. SISTEMAS DE PREVIDÊNCIA

Introducción

Os participantes sublinharam a importante vinculação entre o sistema de previdência e a coesão social, já que este pode ser um dos instrumentos mais importantes na redistribuição de renda.

No âmbito ibero-americano devem-se distinguir dois espaços: a Península Ibérica e a América Latina. Neste último, o eixo central da reforma da previdência foi redirecionar o sistema para a ampliação da cobertura, combinado com a idéia de que a resposta não pode ser dada apenas através de benefícios contributivos ou não contributivos, mas sobre três pilares: solidário, contributivo e complementar.

Na América Latina, as reformas dos anos 90 foram orientadas para a substituição do sistema de repartição tradicional por um de capitalização individual. Em alguns países do Cone Sul essas reformas estão sendo modificadas e, em outros, se iniciou um novo debate sobre o sistema de pensões. Na Argentina, talvez, a reforma de maior envergadura tenha sido devolução aos cidadãos da liberdade de optar entre os sistemas de repartição e os de capitalização.

Para qualquer processo de reforma do sistema, é fundamental construir o consenso e criar espaços de participação social que permitam ir definindo políticas de Estado com objetivos claros.

Deve levar-se em consideração o fator demográfico que afeta tanto os sistemas de repartição como os de capitalização. O envelhecimento da população e suas implicações, devido à baixa natalidade e ao aumento da esperança de vida, exige preparar com antecedência os mecanismos de proteção social. Os sistemas devem ser dirigidos com decisão na direção do emprego, responder ao envelhecimento, e lutar contra a exclusão social e a pobreza.

O novo modelo de proteção social foi adaptando-se às características do mercado de trabalho. Nesse

contexto, a globalização da economia tornou mais urgente a necessidade de gerar uma mudança para uma proteção mais flexível e ampla.

Na América Latina está-se avançando para sistemas mistos e observa-se que a taxa de substituição é muito baixa na parte contributiva, devido a uma baixa densidade de contribuições relacionada com um mercado de trabalho, por um lado informal e, por outro, com alta rotatividade. Este segundo problema também existiu na Espanha e em Portugal no passado.

A insegurança social dos países em desenvolvimento motivou a chamada da OIT no ano 2001 para definir o assunto da seguridade social como um direito humano fundamental.

É importante ressaltar os avanços significativos e o compromisso dos países ibero-americanos na construção do Convênio Ibero-Americano da Seguridade Social, que já obteve consenso a nível técnico, e deverá ser aprovado na próxima reunião de Ministros em julho de 2007.

Idéias e propostas

1. Na América Latina, a questão da cobertura é chave. Observa-se que os sistemas de previdência vão rumo aos sistemas mistos, combinando o contributivo com o não contributivo. São mistos também no sentido de incluir os pilares solidário, contributivo e complementar.
2. Diferentemente do ocorrido nos anos 90, todos concordam que o sistema deve ser o resultado de um diálogo social consensual.
3. Nenhum país latino-americano propôs a questão da demografia, embora este seja um fator a considerar em vários deles, que já estão enfrentando sérios problemas de envelhecimento populacional, enquanto o resto começará a sofrê-los num breve prazo. O fator demográfico afeta tanto os sistemas de repartição como os de capitalização.
4. As fórmulas devem ser inclusivas, viáveis e inovadoras, baseadas em esquemas contributivos, complementados por não contributivos quando necessário.
5. As reformas da proteção social devem ser incentivadoras do crescimento econômico, permitindo, por sua vez, a criação de emprego.
6. Deve alcançar-se um sistema de previdência que conte com mecanismos de ajuste que, juntamente com a flexibilidade contributiva, permita-lhe adaptar-se à evolução das realidades tanto demográficas como do mercado de trabalho.
7. É necessário introduzir mecanismos para evitar a fraude contributiva.
8. Deve-se encontrar um equilíbrio para que os benefícios não contributivos não fomentem a economia informal.
9. Os desafios das reformas da seguridade social no contexto da coesão social são: (i) conseguir que os sistemas de proteção social sejam coesivos; (ii) que gerem riqueza e emprego; (iii) que sirvam de base para relações mais transparentes e fluidas dos mercados de trabalho; e (iv) que sejam um fator de crescimento.
10. Os sistemas de previdência devem ser sustentáveis.

Mesa 2. Emprego, Competitividade e Finanças Públicas



SESSÃO 2.1. CRIAÇÃO DE EMPREGO DE QUALIDADE. DIÁLOGO SOCIAL

Introdução

Durante a sessão, salientou-se que o padrão básico da coesão social é constituído pelo trabalho decente, adequadamente remunerado, produtivo e exercido livremente.

O trabalho decente aborda quatro questões:

1. criação de emprego e desenvolvimento empresarial,
2. respeito pelos direitos do trabalho,
3. proteção social e
4. diálogo social, não só como meio, mas também, como objetivo em si.

Considerou-se “emprego de qualidade” como um vetor profundo da coesão social. Não apenas como um gerador de rendimentos para o sustento familiar, mas também, como elemento de integração social. Por outro lado, destacou-se que a pobreza afeta principalmente os trabalhadores informais que, além de possuírem menos rendimentos, são excluídos do sistema de seguridade social.

Constatou-se que a noção de “trabalho decente e diálogo social” apelam implicitamente aos atores que se encontram envolvidos no setor formal da economia. Contudo um dos principais problemas da América Latina, como já foi mencionado, é que o emprego é precário e informal. Estes trabalhadores não são normalmente considerados em termos de espaço nem de instituições, e não têm poder representativo no diálogo social. Neste sentido, um dos problemas emergentes é o dos trabalhadores migrantes, que constituem um coletivo vulnerável em matéria sócio-laboral.

Foi proposto que a forma correta de fazer face aos problemas causados pela coesão social é o aumento da produção em geral. A questão não deveria estar circunscrita somente à dimensão do

emprego. Da mesma forma, sob diferentes formulações, apresentou-se o papel do Estado não só ao nível do emprego e proteção social, mas também em outras áreas e na sua dimensão reguladora.

Destacou-se ainda a necessidade de ampliar a agenda e evitar cair em alguns falsos dilemas. Neste sentido citou-se o debate, apresentado por alguns setores, entre a “decência” do trabalho e a quantidade do mesmo, entre diminuição dos direitos dos trabalhadores e a geração de emprego.

Definiu-se como remuneração adequada, aquela que vincula o seu nível com o da produtividade. O excedente gerado pela maior produtividade deve refletir-se numa maior remuneração do trabalho.

Idéias e propostas

1. O diálogo social foi considerado um dos instrumentos mais importantes na construção de sociedades mais democráticas, eqüitativas e igualitárias.
2. O que se deve analisar previamente à institucionalização do diálogo social é:
 - Como o diálogo social é permeável às políticas públicas.
 - A capacidade dos atores para o diálogo social.
 - A institucionalização necessária para o diálogo social.
3. Fizeram-se quatro recomendações para levar a cabo o diálogo social:
 - 3.1. Organizações sindicais e empresariais fortes, representativas e independentes. Isto implica que, no caso dos trabalhadores, que estes possam exercer livremente a atividade sindical;
 - 3.2. Um espaço institucionalizado dos interlocutores para o diálogo social;
 - 3.3. O reconhecimento mútuo dos interlocutores como parte do diálogo;
 - 3.4. O reconhecimento por parte do Governo, dos partidos políticos e da sociedade, sobre a vigência do diálogo social.
4. Salientou-se que a criação de emprego e a ação econômica não recaem apenas sobre os sindicatos e os empregadores, mas também sobre a economia social e o empreendimento. Portanto, deve-se dar maior ênfase às pequenas e médias empresas (PYMES), como criadoras de emprego e riqueza, fortalecendo as políticas orientadas às mesmas.
5. Na discussão sobre a coesão social, a inclusão e o trabalho decente mencionaram-se a necessidade de incorporar a contribuição que possa ser feita a partir da perspectiva da responsabilidade social empresarial.

Mesa 2. Emprego, Competitividade e Finanças Públicas



SESSÃO 2.2. CRIAÇÃO DE RECEITAS E FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. PACTO FISCAL

Introdução

Todos os participantes estão de acordo ao fato de que a sociedade deve pagar pelos serviços que o Estado fornece aos cidadãos, proporcionalmente a qualidade dos serviços oferecidos.

Em média, a carga tributária na América Latina está na casa dos 18% do PIB, mais ou menos metade da carga fiscal na Europa, e inclusive menor do que a verificada em alguns países da África. É evidente que há uma grande variação, e verificam-se cargas tributárias de 10% e algumas que vão até 37% do PIB, como é o caso do Brasil.

Em alguns países é válida a regra do 20/40, ou seja, uma pressão tributária menor do que 20% do PIB não são suficientes para o fornecimento mínimo de serviços universais, e uma carga maior do que 40% isso atua como um desincentivo para os investimentos produtivos. É preciso que nos movimentemos dentro destas margens.

Assinala-se, além disso, que na América Latina trata-se basicamente de impostos indiretos, que recaem sobre as pessoas, e diretos, que recaem fundamentalmente sobre as empresas. É a tendência inversa à observada nos países europeus. Concretamente, na América Latina, 70% da arrecadação do imposto sobre a renda provêm da cobrança às sociedades, sendo que apenas os 30 % restantes provêm de pessoas físicas; no entanto, nos países da OCDE a situação é exatamente inversa, ou seja, 70% provêm das pessoas físicas e 30% das empresas.

As classes médias e médio-altas são os grandes pagadores de impostos. E elas devem ter incentivos reais para pagar. Um problema muito importante que ocorreu em vários países da Região foi que as

classes médias e altas privatizaram as prestações de serviços como a seguridade social, a saúde, a educação e inclusive a segurança física. Ou seja, o seu bem-estar já não depende do serviço público. Assim, não há incentivos para reclamar ao Estado em defesa da qualidade dos serviços que presta. Em resumo, estão pagando duas vezes por esses serviços: o que pagam de forma privada, e a contribuição que realizam através dos impostos. É difícil então que se vejam motivados a pagarem mais.

A evasão fiscal na América Latina é alta: 50% de evasão em relação às pessoas físicas, 40% em relação às sociedades e 30% nos impostos indiretos. É importante, então, melhorar a arrecadação de impostos já obrigatórios, o que permitirá um relevante aumento dos recursos estatais.

Em países que aumentaram a sua carga tributária, como a República Dominicana (de 10% para 18% do PIB), o peso da dívida externa faz com que uma parte considerável destas receitas se destine ao serviço da dívida (6 pontos percentuais do PIB no caso dominicano), limitando em grande medida a margem do Estado para financiar políticas sociais.

Outros países puderam constatar uma notória diminuição dos recursos que ingressavam através do comércio exterior devido aos processos de liberalização e inserção comercial, que incorporam a eliminação das tarifas alfandegárias. Indicou-se uma abertura e integração gradual, organizada como alternativas de impostos para remediar esse déficit.

Temos que assinalar, por outro lado, que há países que contam com importantes receitas provenientes da propriedade estatal de recursos estratégicos, como o petróleo, o cobre e outras matérias-primas, que poderiam contribuir para o financiamento da melhora dos serviços públicos.

Na Espanha, durante a transição democrática, levaram-se a cabo os chamados Pactos de Moncloa, um pacto social e político entre o Governo, partidos políticos, empresários e os trabalhadores, que deram lugar, entre outras coisas, ao acordo fiscal. Isto permitiu que o imposto sobre a renda passasse de 10 % em média, para 30% do PIB, e a taxa máxima de 15% para 56%; simultaneamente criou-se o imposto sobre as sociedades, com uma alíquota de 35%. Esta maior receita da fazenda pública e um aumento da dívida pública de 11% para 65%, possibilitou o desenvolvimento do sistema social espanhol (sistema de seguridade social, seguro de desemprego e pensões).



Idéias e propostas

Assinalam-se alguns grandes desafios em relação ao aumento possível da carga tributária na América Latina:

1. É fundamental reivindicar a necessidade de um Pacto Fiscal, adaptado temporalmente e contextualmente à situação de cada país.
2. A informalidade da economia torna difícil a arrecadação. Quase metade da economia latino-americana é informal. É necessário procurar vias para formalizar estes trabalhadores, tanto ao nível de arrecadação como ao de proteção e serviços sociais. Esta informalidade não é só uma questão relevante entre a população pobre, já que se observa também entre os mais ricos, que respondem a toda medida destinada a fortalecer a arrecadação, e isso causa um impacto muito significativo no que se refere aos termos fiscais.
3. Na globalização compete-se para atrair investimento estrangeiro direto, o que leva as autoridades a desenharem políticas tributárias atraentes para esses investidores. No entanto, estes mesmos requerem que os estados nacionais levem a cabo determinados tipos de investimento (em infraestrutura, justiça, recursos humanos). Isto mostra a necessidade de um Pacto Fiscal, no qual todos os agentes interessados incluam suas necessidades e acordem sobre o processo de arrecadação para satisfazê-las.



4. A luta contra a evasão fiscal torna-se crucial, tal como o desenvolvimento de impostos diretos, face aos impostos indiretos, mais regressivos.

5. Fortalecer a administração do sistema tributário, criando instituições fortes, com capacidade coercitiva, uma equipe de profissionais e salários compatíveis. O que importa é a arrecadação real. Para este fortalecimento, podem ser importantes os programas de cooperação entre agências e administrações tributárias.
6. É necessário combater a corrupção para lograr legitimidade do gasto público: avançar na transparência e boa gestão. A percepção da ineficácia e da corrupção gera resistência ao pagamento.
7. Deve assegurar-se que o gasto público seja progressivo, a fim de beneficiar os que menos têm com a despesa pública. A experiência da União Européia mostra que tão importante quanto à progressividade do sistema impositivo é a progressividade da despesa. Os dados mostram que, na América Latina, a despesa pública é regressiva: recebe mais quem mais tem. É necessário melhorar a qualidade das prestações sociais desde o sistema público.



Mesa 2. Emprego, Competitividade e Finanças Públicas



SESSÃO 2.3- CRESCIMENTO, COMPETITIVIDADE E EQÜIDADE

Introdução

Nesta sessão, tratou-se inicialmente a existência de tensões e contradições entre os três termos da equação. A compatibilidade entre o crescimento, a competitividade e a eqüidade exigem desenhar e colocar em ação políticas viáveis que neutralizem os efeitos negativos que podem surgir entre eles.

Afirmou-se que a relação entre crescimento e competitividade encontra-se indeterminada, uma vez que em alguns casos se verifica uma correlação positiva entre ambas, enquanto, em outros casos, essa relação é negativa. Por outro lado, o crescimento não se correlaciona empiricamente com a eqüidade. Neste sentido, no Chile, por exemplo, as políticas sociais representam uma parte importante na explicação da melhora da eqüidade conseguida nestes anos.

Na América Latina, ao longo dos últimos anos, as taxas de crescimento importantes não foram acompanhadas de melhora e incremento do emprego de qualidade, motivo pelo qual o efeito sobre a coesão social viu-se prejudicado.

Ressaltou-se que é necessário converter a tríade –crescimento, competitividade e eqüidade- em três binômios: crescimento e eqüidade; crescimento e competitividade; e eqüidade e competitividade.

O crescimento com eqüidade deve ser visto em duas vertentes. Uma baseada no crescimento que afeta a eqüidade, que é a mais clássica; e a outra, como a eqüidade impacta o crescimento. Portanto, cabe perguntar que tipo de crescimento deseja-se promover.

É necessário compatibilizar a melhora da competitividade com o crescimento. Nesta direção, sur-

gem várias questões: a) a importância da mobilidade social no processo de desenvolvimento; e b) a melhora da qualidade das instituições, tornando-as mais eficientes e críveis. As sociedades que reproduzem a desigualdade deslegitimam as instituições.

Destacou-se a existência de dois tipos de competitividade espúria. Uma baseia-se na diminuição de salários e na precariedade do trabalho; a outra, nos ganhos obtidos através da superexploração de matérias-primas. A competitividade genuína deriva da melhora tecnológica e da agregação de valor.

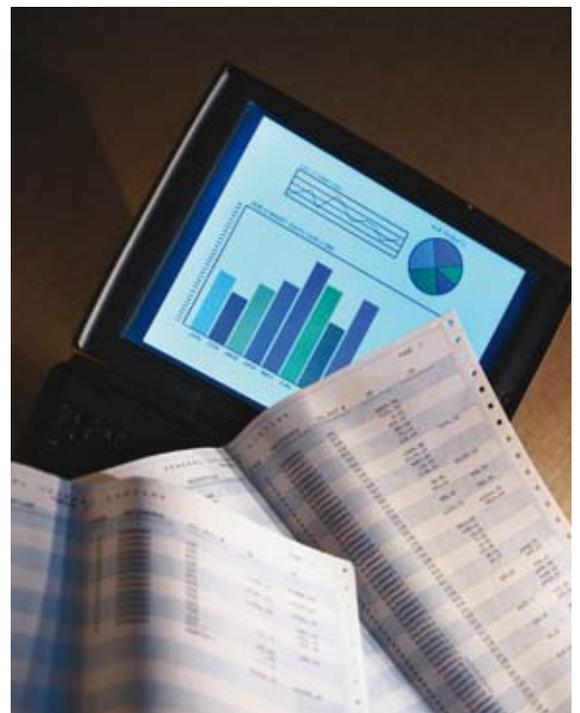
No atual ciclo de revalorização de matérias-primas, deve evitar-se o erro já cometido no passado de descartar caminhos de industrialização pela bonança derivada da exportação de bens primários.

Estamos numa época de mudança, dado que o comércio de bens e a localização de multinacionais ficaram em segundo plano, com respeito ao intercâmbio dos processos produtivos. Poder-se-ia dizer que hoje estão sendo internacionalizados fragmentos de processos produtivos.

Definiu-se equidade como ação do Estado que corrige o que o mercado não pode corrigir, ou aquilo que este distorce diretamente. Surgem, então, três questões prioritárias nesta matéria: a) o fato de que "quem ganha, fica com tudo" exige o papel redistributivo do Estado; b) oferecer mecanismos de segurança frente ao risco; e c) salvaguardar os direitos irrenunciáveis das pessoas.

Com respeito à educação, acrescentou-se a necessidade de um diagnóstico mais complexo. A cobertura e qualidade da educação explicam a brecha de produtividade com outras regiões. Houve consenso quanto ao melhor caminho para sociedades igualitárias que seria um sistema educativo universal e equânime.

Manteve-se a premissa de que a cooperação internacional não pode e nem deve ter como objetivo substituir as políticas nacionais nestas matérias, mas complementá-las. Por último, houve um questionamento sobre como traduzir este diálogo e discussões ao nível dos governos locais.



Idéias e propostas

Foram destacados seis aspectos substantivos:

1. A mobilidade social como a outra face da reprodução intergeracional da pobreza. A população não aceita o marco institucional quando se combina iniquidade com falta de mobilidade social.
2. A mobilidade social não se obtém com redistribuição de rendas, mas com redistribuição de ativos, tangíveis e intangíveis. Destes últimos, assinalaram-se como importantes a educação e o emprego. A educação é crucial para a mobilidade social, como ocorreu na Espanha nos anos 60 e 70. Na América Latina, a educação passou a ser um fator de estratificação social. Quer dizer, é necessário melhorar a educação, para ajudar a romper a estratificação social existente. A rentabilidade social da educação é menor em outras regiões, pela falta de oportunidades de trabalho; o esforço de educação deve ser rentável.
3. O desaparecimento do emprego estável e para toda a vida não é um problema ocasionado pelo modelo neoliberal, mas um produto da grande mudança tecnológica. As pessoas devem ser formadas na adaptabilidade à mudança.
4. A América Latina deve melhorar as finanças públicas, eliminando as isenções existentes sem necessidade de modificar o sistema. Como tornar a responsabilidade fiscal viável politicamente? Melhorando a qualidade da despesa pública já que, assim, legitima-se o esforço arrecadador.
5. O objetivo prioritário da integração já não é mais conseguir marcos de liberação comercial; antes, transformou-se no âmbito para somar forças que sirvam para negociar a nível mundial, e espaços onde realizar processos de complementação produtiva. A integração pode ser construída com dois critérios básicos: a) vontade política, que implica na cessação da soberania e b) visão pragmática, que permita a integração efetiva dos países e que não fique apenas em grandes declarações.
6. Destacou-se que 70% da população da América Latina tem menos de 30 anos, ou seja, que a maioria da população é composta por jovens, e que o índice de desemprego juvenil em cada país da América Latina é o dobro ou triplo que a média do desemprego geral. Por isso, destacou-se que este grupo deve ser objeto de políticas públicas especiais.

Mesa 3. Institucionalização democrática, igualdade e sentimento de pertencer



SESSÃO 3.1. POPULAÇÕES INDÍGENAS E AFRODESCENDENTES, UM DESAFIO PARA A COESÃO SOCIAL

Introdução

As intervenções sobre este tema no seminário partiram de constatações em grande número de países, nos quais há uma presença muito significativa de populações indígenas e afros descendentes. Em alguns países não se pode falar de minorias, mas de grupos majoritários. Esta presença implica não só desafios, mas também visões diferentes sobre a coesão nestas sociedades. Há povos que exigem grandes mudanças em face de estes desafios.

Constatou-se a relação estreita entre economia e cultura, assinalando a existência de mecanismos económicos próprios dos povos indígenas, salientando a necessidade de aproveitar os aspectos positivos da globalização e, simultaneamente, reconhecer a importância dos sistemas económicos locais. O território, a terra e a gestão dos recursos naturais são elementos centrais da cultura e economia destes povos.

Também se indicou o fracasso que, em geral, tiveram as estratégias de redução da pobreza no caso dos povos indígenas. Entre os problemas que afetam especialmente as populações indígenas e afros descendentes destacou-se a violência, o acesso à terra, a exclusão social, e o aproveitamento, sem a retribuição adequada dos seus conhecimentos tradicionais.

A visão, do ponto de vista dos povos nativos, salientada especialmente por alguns participantes no seminário, tem elementos alternativos em relação a outras que possam considerar-se mais estabelecidas. Nesta visão, é crucial desenvolver uma relação estreita com a natureza, com leis e regras que não só beneficiem as pessoas e grupos, mas também todos os seres que vivem da e na terra.

As sociedades devem ter uma propensão para a vida harmoniosa e equilibrada com os demais, e com a natureza, baseadas em relações de “respeito” entre grupos sociais, para além da “tolerância”. O debate nas sessões apresentou contrastes e diversas aproximações às formas de democracia e a conceitos como o de “tolerância”.

Cabe destacar que em vários países ocorreu um reconhecimento oficial e público de que o racismo e a discriminação existem nestas sociedades e que estes se manifestam não só nas relações e na falta de coesão entre os grupos sociais, mas também em prejuízos para o desenvolvimento econômico e social do país, prejuízos que se deviam estudar e avaliar mais e melhor, para enfrentá-los. Consta-se, além disso, a inexistência de mecanismos concretos nas legislações nacionais que permitam responder em face de atos de qualquer tipo de discriminação.

Idéias e propostas

1. Todas as políticas públicas devem trabalhar transversalmente a respeito da igualdade e da não discriminação por razões étnicas.
2. Naqueles países onde a presença de populações indígenas e afrodescendentes, é muito elevada e inclusive majoritária, não se deve avançar com programas para minorias, antes estes elementos relacionados com essas populações devem ser expressos nas políticas públicas gerais, que tenham em conta este elemento de uma forma central na sua concepção. Para tal, é crucial assegurar a participação e a consulta às populações indígenas e afros descendentes.
3. Acordou-se sobre a importância de estruturar e pôr em prática políticas integradoras, de caráter inter-cultural como superação do modelo multiculturalista. Os acordos e a adequada canalização da diversidade permitem sociedades mais coesas.
4. Do mesmo modo, em relação à gestão da terra e aos recursos naturais, manifestou-se a necessidade de alcançar novos pactos e acordos com as populações indígenas.
5. É preciso melhorar a informação estatística relativa às populações indígenas e afros descendentes, assim como estabelecer indicadores que permitam seguir a evolução da sua situação.
6. As políticas públicas dirigidas especificamente às populações indígenas devem fazer-se a partir de certos princípios básicos: convivência, igualdade, tolerância, pluralismo e igualdade de gênero.
7. É necessário assegurar o fortalecimento significativo das instituições com mandatos específicos para promover a inclusão da população indígena, a começar pelo aumento significativo dos seus orçamentos.
8. Deve promover-se a educação bilíngüe inter-cultural e a formação de professores bilíngües.
9. Em relação aos instrumentos internacionais destacou-se a importância de apoiar e cumprir iniciativas tais como a Convenção Interamericana contra o Racismo e a Discriminação Racial, assim como a ratificação, por parte dos países que ainda o não fizeram, da Convenção 169 da OIT.

10. Em relação à legislação nacional indicou-se a necessidade de tornar efetivos os padrões incorporados nos tratados internacionais de direitos humanos, ratificados pelos países ibero-americanos, e a necessidade de aprofundar o reconhecimento dos povos indígenas nos textos constitucionais da Região.
11. Finalmente, considera-se necessário incrementar a participação política, incluindo um aumento significativo da presença de parlamentares indígenas e afros descendentes nos parlamentos nacionais.



Mesa 3. Institucionalização democrática, igualdade e sentido de pertencer



SESSÃO 3.2. POLÍTICAS DE IGUALDADE DE GÊNERO

Introdução

As intervenções nas sessões refletiram a necessidade de desenvolver políticas de igualdade de gênero para avançar para sociedades mais coesas, entendendo que quanto mais igualitária for a sociedade, maior grau de coesão esta alcançará.

Constatou-se que, se bem os direitos são universais, os mecanismos de implementação específicos ainda não estão suficientemente desenvolvidos. De fato, existem escassos exemplos de instrumentos práticos que permitam responder em face de casos de discriminação da mulher.

Fizeram-se várias referências ao desenvolvimento histórico do movimento feminista (com a participação de homens), salientando o processo de democratização dos anos 80 e 90, e a transformação em lei a nível internacional da não discriminação da mulher, assim como as conferências mundiais temáticas.

Para este movimento, foi importante a construção da institucionalização. No início, a institucionalização, no tocante ao gênero, materializou-se através da criação de centros e institutos específicos. Posteriormente, foi avançando-se na criação de uma "trama" institucional que abarcou tanto os poderes executivos e legislativos nacionais e locais, como os organismos regionais e mundiais. Salientou-se o fato de que, ao tratar-se de uma institucionalização vulnerável, a força encontra-se na própria trama.

Além disso, produziu-se uma mudança na idéia de representação política que está sendo transformada pela inclusão da mulher neste terreno e pela própria idéia de paridade.

É importante abordar a igualdade de gênero tanto no âmbito público, em relação com o Estado e o mercado de trabalho, como no privado, cuja instituição central é a família na qual se prestam os cuidados nas várias etapas do ciclo vital. O ser humano necessita de cuidados, como ser "perecível",

e são as mulheres que costumam ter a seu cargo estes cuidados, como consequência da divisão sexual do trabalho.

Dois eixos principais perfilam as diferenças de gênero: o trabalho na produção (divisão social do trabalho) e o trabalho da reprodução (divisão sexual do trabalho). As duas divisões são a base da desigualdade. O sistema de gênero tem que ver tanto com o sistema de relações entre homens e mulheres, como com a contribuição invisível das mulheres que não vêem o seu trabalho reconhecido.

Foi destacado que trabalho e emprego não são a mesma coisa, visto que este último não abarca o trabalho no lar. Deve-se ter em conta que a maior discriminação legal na Ibero-América afeta as trabalhadoras do serviço doméstico.

Vários participantes explicaram as políticas públicas que os seus respectivos países puseram em prática em relação à questão do gênero. Através destas explicações, percebeu-se que a discriminação de gênero é ainda mais grave no caso da mulher indígena.

Idéias e propostas

1. Manifestou-se a necessidade de legislar e fazer políticas para homens e mulheres reivindicando as subjetividades e passando de políticas pontuais para políticas globais que incluam a dimensão de igualdade de gênero.
2. A paridade entre homens e mulheres numa Região tão desigual requer um trabalho simultâneo para conseguir níveis de vida apropriados e o gozo efetivo dos direitos básicos das mulheres.
3. É necessário incorporar a dimensão de gênero nos estudos sobre Coesão Social, hoje ausente na maior parte deles.
4. É necessário um processo de inclusão da mulher indígena em todos os âmbitos e, em especial, no político.
5. É necessário desenvolver um trabalho de sensibilização, especialmente dirigido aos homens, em relação aos temas de igualdade de gênero em qualquer dos âmbitos analisados.
6. Propôs-se a elaboração de uma Agenda Ibero-americana de Igualdade que, em consonância com os acordos realizados, poderia abarcar os seguintes aspectos:
 - Os problemas vinculados ao emprego;
 - As questões demográficas, em particular, a migração;
 - A transversalidade nas políticas públicas em matéria de gênero;
 - O bem-estar, em particular a educação;
 - A saúde, em especial os direitos reprodutivos;
 - O desenvolvimento de uma democracia paritária;
 - A necessidade de um novo pacto social que incorpore todos estes elementos.
7. Mostrou-se também a importância de introduzir os objetivos a nível ibero-americano (ex. o objetivo da Europa para 2010 é que 60% das mulheres sejam profissionalmente ativas) e a necessidade de aprofundar a inclusão da variável sexo/gênero em todas as estatísticas que se realizem, tanto acadêmicas como governamentais.
8. Finalmente, falou-se da conveniência de institucionalizar, no quadro da Conferência Ibero-Americana, uma Reunião Setorial específica sobre gênero.

Mesa 3. Institucionalização democrática, igualdade e sentimento de pertencer



SESSÃO 3.3. CONFIANÇA E EFICÁCIA DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

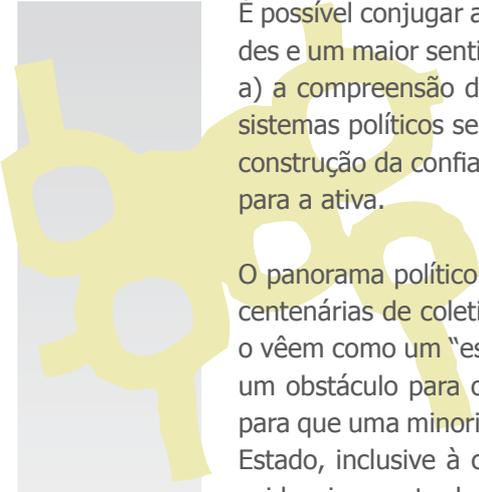
Introdução

Reconheceu-se a validade dos documentos elaborados pela CEPAL-SEGIB e Chile sobre coesão social, apesar de ter sido manifestada a omissão na análise dos países da Península Ibérica.

A sustentabilidade dos sistemas democráticos passa pela efetividade das decisões governamentais e por conseguir cumprir as expectativas da sociedade no tocante às políticas públicas. Nesse sentido, evidentemente, é necessário resolver os problemas da iniquidade e da pobreza.

A América Latina caracteriza-se por uma institucionalização democrática frágil e uma cidadania de “baixa intensidade”. Os avanços produzidos nas últimas décadas em matéria de eleições democráticas foram “preciosos, porém precários”, especialmente em alguns países. A isto se une o fato de que o baixo nível de bem-estar debilita a confiança nas instituições democráticas. Torna-se necessária, portanto, uma adequada articulação entre a sociedade e o Estado, aproveitando a globalização como processo unívoco que apresenta ameaças e oportunidades.

Ressaltaram-se várias formas de debilidades da legitimidade do Estado: o grande peso dos poderes fáticos e sua influência na alienação do poder, o crescimento do crime e do narcotráfico, as negociações extraparlamentares que debilitam os acordos dos Paramentos aumentando os conflitos dentro dos mesmos. Assim como os baixos níveis de participação social, a escassa credibilidade da justiça, e a ausência de mecanismos para vigiar e avaliar as políticas públicas que redundam na sua opacidade.



É possível conjugar a democracia com a diminuição da pobreza, uma maior igualdade de oportunidades e um maior sentimento de pertencer. Isso requer assumir, entre outras, duas convicções básicas: a) a compreensão de que a democracia é o sistema “menos ruim”; e b) a necessidade de que os sistemas políticos se enriqueçam com a diversidade (através de identidades complexas e plurais). A construção da confiança na institucionalização democrática requer a passagem da tolerância passiva para a ativa.

O panorama político da Região mostra a procura da justiça social e o surgimento de reivindicações centenárias de coletivos marginados. Apresentam-se visões críticas com respeito ao Estado. Alguns o vêem como um “estorvo”, de acordo com o Consenso de Washington, que concebe o Estado como um obstáculo para o investimento privado. Outros o vêem como “espoliador”, ou seja, um veículo para que uma minoria se aproveite da maioria. Esta última visão procura dar um giro completo a este Estado, inclusive à custa de criar antagonismos com a minoria antes favorecida. Ambas as visões evidenciam certa desconfiança frente ao Estado.

Produziram-se três transições na Região: política, econômica e social. Em matéria política a Região mostra, hoje, a generalização de eleições livres e transparentes em que os resultados são, normalmente, respeitados. Com relação à econômica, reconhecem-se certos pontos positivos do Consenso de Washington, traduzidos num maior pragmatismo econômico que inclui mais responsabilidade fiscal e baixa inflação. Em matéria social, ainda se espera a resposta à questão de como e quando a bonança econômica se traduzirá em melhores condições de vida para a população em geral.

Assinalou-se que a desconfiança nas instituições e o surgimento de novas lideranças caracterizaram boa parte dos últimos processos eleitorais na América Latina.

As instituições, na maior parte da América Latina, são frágeis e o próprio questionamento das mesmas pode acabar com elas. O uso da força nas ruas questiona a legitimidade destas instituições e a reconstrução das mesmas será complexa, árdua e custosa.

A trama institucional deve ter em conta o tecido existente na sociedade civil e a contribuição desta para a construção da cidadania. Cabe propor as adequações que eventualmente deveriam ser feitas a respeito da noção de pacto ou contrato social para a sua aplicabilidade efetiva na América Latina.

A legitimidade da democracia dependerá da capacidade que tem o Estado de promover políticas públicas de inclusão e redistribuição, já que a desigualdade debilita o sentido de pertencer e de identidade, gerando um processo defeituoso na formação da cidadania.

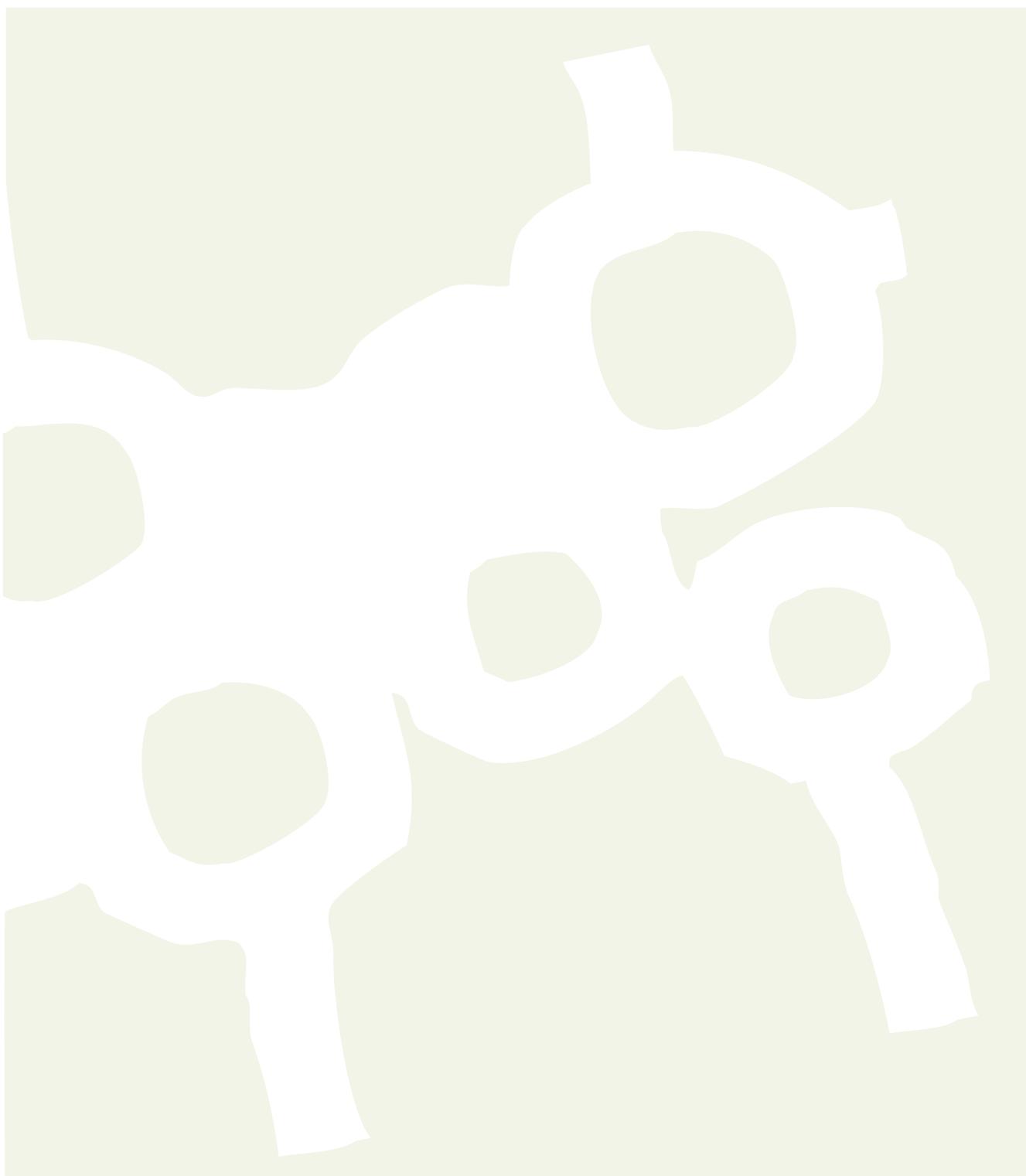
Entre outras questões, evidenciou-se a importância de fenômenos de descentralização, particularmente a nível municipal, e de iniquidade tributária como elemento perturbador da vida democrática.

É, pois, fundamental, num Estado democrático, a luta contra a corrupção.

Idéias e propostas

1. É preciso conformar um Estado mediante um novo pacto social que seja “de todos, para todos e com todos”. Esse pacto, sem dúvida, deverá conduzir a um Estado mais forte com metas a cumprir, e que preste conta, com um novo acordo fiscal, fomentando a associatividade e o fortalecimento da sociedade civil.
2. Torna-se necessário analisar se o pacto social é requisito prévio para alcançar uma institucionalização forte, ou o contrário. Em ambos os casos, se tratam de um veículo para o fortalecimento da coesão social.
3. O marco analítico para interpretar a relação entre mercado e economia e entre economia e sociedade requer a incorporação da medição do trabalho fora do mercado, em particular do tempo não remunerado.
4. É necessário que a ação política internacional reforce os processos de integração existentes na Região.
5. Além disso, torna-se necessário passar de uma democracia formal para uma real ou material. Nesse sentido, deve-se fortalecer a democracia representativa, assim como a participação cidadã. A política pública deve incluir o cidadão e a participação cidadã deve ser impulsionada a partir dos seguintes fatores: 1) o direito à informação; 2) o direito à participação na gestão pública (tanto no desenho como na execução, e avaliação das políticas públicas); 3) o apoderamento institucionalizado da sociedade civil; e 4) a participação cidadã a partir da diversidade.
6. Portanto a participação cidadã não deve ser somente uma concessão e sim um direito que requer uma institucionalização legitimadora e de financiamento público das organizações da sociedade civil. Os apoios a estas organizações são muito importantes para que se incorporem os critérios de diversificação cultural aos espaços de participação.
7. Deve-se cuidar da sensação de desinteresse da cidadania para com a democracia como consequência da desigualdade na América Latina. Somos profundamente desiguais e, temos democracias frágeis.
8. Na agenda do fortalecimento dos direitos dos cidadãos e públicos, deve estar presente o fortalecimento dos deveres e das obrigações.





**PROGRAMA
DO SEMINÁRIO DE
MADRI**

COHESIÓN SOCIAL EN IBEROAMERICA

Seminário, 18 y 19 de Junio en Madrid
Hotel Husa Princesa, C/ Princesa 40

Dia 18 de Junho

9.15-10.10 Inauguração

- Enrique V. Iglesias, Secretário-Geral Ibero-Americano.
- Clarisa Hardy, Ministra da Planificação, Chile
- Kevin Casas, Vice-Presidente Segundo e Ministro da Planificação e Política Económica, Costa Rica
- José Luís Machinea, Secretário Executivo, CEPAL
- María Teresa Fernández da Vega, Primeira Vice-Presidente do Governo, Espanha.

10.15-11.30 Sessão Plenária

- Apresentação: Leire Pajín, Secretária de Estado de Cooperação Internacional, Espanha.
- Quadro conceptual da Coesão Social. José Luis Machinea, Secretário Executivo, CEPAL.
- Perspectivas para a Coesão Social na Ibero-América. David Choquehuanca, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Bolívia.
- Situação económica e social na região. Implicações para a Coesão Social. Rebeca Grynspan, Directora Regional para a América Latina e Caraíbas, PNUD.
- Desafios para a Democracia na Ibero-América. Felipe González, Ex-Presidente, Espanha.

11.30-11.45 Pausa Café

11.45-14.00 3 Mesas de Trabalho simultâneas

Mesa 1. Direitos Sociais: Protecção e Políticas Públicas (Sala Rosales III)

Sessão 1.1. Sistemas de saúde. Alimentação e nutrição

- Moderadora: María Julia Muñoz, Ministra da Saúde, Uruguai.
- Oradores:
 - José Graziano Da Silva, Director para a América Latina e Caraíbas, FAO.
 - Pedro Brito, Gestor da Área de Fortalecimento dos Sistemas de Saúde, OPS.

Mesa 2. Emprego, Competitividade e Fiscalidade (Sala Rosales II)

Sessão 2.1. Criação de emprego de qualidade. Diálogo Social

- Moderadora: Maria Angélica Ducci, Directora Executiva, OIT.
- Oradores:
 - José Graziano da Silva, Director para a América Latina e Caribe, FAO
 - José María Lacasa, Confederação Espanhola de Organizações Empresariais, (CEOE)

Mesa 3. Institucionalidade democrática, igualdade e pertença (Sala Rosales I)

Sessão 3.1. Populações Indígenas e Afro-Descendentes, um desafio para a Coesão Social

- Moderadora: Ana Sojo, Assuntos sociais, CEPAL

- Oradores:

- Maria Concepción Castro, Sub-secretária de Políticas Globais e Setoriais, Guatemala.
- David Choquehuanca, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Bolívia

14.15-15.45 Almoço oferecido pela SEGIB

16.00-18.30 3 Mesas de Trabalho simultâneas

Mesa 1. Direitos Sociais: Protecção e Políticas Públicas (Sala Rosales III)

Sessão 1.2 Acesso universal e qualidade da educação.

- Moderadora: Ángeles Yáñez-Barnuevo, Diretora da Divisão de Assuntos Sociais, SEGIB.

- Oradores:

- Alejandro Tiana, Secretário-Geral da Educação, Espanha.
- Nélide Céspedes, Membro da Direcção, Conselho de Educação de Adultos da América Latina
- Álvaro Marchesi, Secretário-Geral, OEI

Mesa 2. Emprego, Competitividade e Fiscalidade (Sala Rosales II)

Sessão 2.2. Criação de receitas e financiamento de políticas públicas. Pacto Fiscal.

- Moderador: Ludolfo Paramio, Diretor do Departamento de Análise e Estudos, Gabinete da Presidência, Espanha

- Oradores:

- Kevin Casas, Ministro da Planificação e Política Económica, Costa Rica.
- Guillermo da Dehesa, Presidente, Centre for Economic Policy Research.

Mesa 3. Institucionalidade democrática, igualdade e pertença (Sala Rosales I)

Sessão 3.2. Políticas de igualdade de género

- Moderadora: Rosa Conde, Diretora Fundação Carolina, Espanha

- Intervenientes:

- Lina Bareiro, Investigadora Centro de Documentação e Estudos, Paraguai,
- Judith Astelarra, Universidade Autónoma de Barcelona, Espanha.

20.00 Cocktail oferecido pelo Governo Espanhol

Dia 19 de Junho

9.30-10.30 Sessão Plenária: "Desafios e oportunidades para a economia regional"

- Apresentação: *Trinidad Jiménez, Secretária de Estado para Ibero-América, Espanha.*

- Oradores:

- *Juan Temístocles Montas, Secretário de Economia, Planificação e Desenvolvimento, República Dominicana*
- *Kevin Casas, Vicepresidente segundo y Ministro de Planificación y Política Económica, Costa Rica.*
- *Claudia Martínez, Vice-presidenta de Desenvolvimento Social e Ambiental, CAF*
- *Carlos Tomada, Ministro de Trabajo, Empleo e Seguridad Social, Argentina.*

10.30-11.00 Pausa Café

11.00-14.0 3 Mesas de Trabalho simultâneas

Mesa 1. Direitos Sociais: Protecção e Políticas Públicas (Sala Rosales III)

Sessão 1.3. Protecção Social. Sistemas de pensões

- Moderador: *Adolfo Jiménez, Secretário-Geral, OISS.*

- Oradores:

- *Carlos Tomada, Ministro do Trabalho, Empleo e Segurança Social, Argentina.*
- *Paulo Marques, Secretário de Estado da Segurança Social, Portugal.*
- *Octavio Granado, Secretário de Estado da Segurança Social, Espanha*

Mesa 2. Emprego, Competitividade e Fiscalidade (Sala Rosales II)

Sessão 2.3. Crescimento, competitividade e equidade

- Moderadora: *Juan Pablo de Laiglesia, Secretário-Geral, AECI*

- Oradores:

- *Ángel Flisfisch, Director de Planificação do Ministério de Negócios Estrangeiros, Chile.*
- *José Antonio Alonso, Director do ICEI, Universidade Complutense de Madrid, Espanha.*
- *Juan Temístocles Montas, Secretário de Economia, Planificação e Desenvolvimento, República Dominicana.*

Mesa 3. Institucionalidade democrática, igualdade e pertença (Sala Rosales I)

Sessão 3.3. Confiança e eficácia das instituições democráticas

- Moderadora: *Jeannette Sánchez, Ministra do Bem-Estar Social, Equador.*

- Oradores

· *Ernesto Ottone, Secretário Executivo Adjunto, CEPAL.*

· *Tomás Duplá, Director para a América Latina da Direcção Geral de Relações Externas, UE.*

· *M^a Ángeles Durán, Catedrática de Sociologia e investigadora, CSIC.*

14.15-15.45 Cocktail-Almoço oferecido pela SEGIB

16.00-17.30 Sessão Plenária: "Para um Contrato de Coesão Social na Ibero-América"

Apresentação das conclusões das 3 Mesas

- *Preside e comenta: Maria Roquebert Leon, Ministra de Desenvolvimento Social, Panamá.*

- *Apresentadores:*

Mesa I:

Eduardo Ballón, ALOP (Associação Latino-americana de Organizações de Promoção

Mesa II:

Miguel Hakim, Secretário para a Cooperação Ibero-americana, SEGIB

Mesa III:

Carlos Portales, Embaixador, Coordenador Nacional, Chile

- *Comentam as conclusões:*

· *María Julia Muñoz, Ministra de Saúde Pública, Uruguai*

· *Jeannette Sánchez, Ministra do Bem-Estar Social, Equador.*

17.30 Encerramento

- *Miguel Ángel Moratinos, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Espanha.*

- *José Luis Machinea, Secretário Executivo, CEPAL.*

- *Rebeca Grynspan, Directora Regional para a América Latina e Caraíbas, PNUD.*

- *M^a Ángelica Ducci, Directora Executiva, OIT*

- *Enrique V. Iglesias, Secretário-Geral Ibero-Americano*

- *Clarisa Hardy, Ministra da Planificação, Chile.*

**SEMINÁRIO
COESÃO SOCIAL EM
IBERO-AMÉRICA**



**COHESIÓN SOCIAL
EN IBEROAMÉRICA
COESÃO SOCIAL
EM IBERO-AMÉRICA**